

Representações de masculinidades em contextos educacionais: uma revisão integrativa

Representaciones de masculinidades en contextos educativos: una revisión integradora

Masculinities representations in educational contexts: an integrative review

[Eduardo dos Santos Henrique](#)^{id} [Luciano Daudt da Rocha](#)^{id} [Ediane da Silva](#)^{id}

Destaques

Revisão integrativa analisa representações de masculinidades em pesquisas educacionais em contexto antidemocrático.

Instituições educacionais vêm optando por não fomentar discussões críticas sobre gênero e sexualidade.

Pedagogias culturais contribuem tanto para manter quanto para desafiar a cis-heteronorma.

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar como as representações de masculinidades aparecem nas pesquisas relacionadas ao contexto educacional brasileiro, na literatura publicada no formato de artigos científicos, entre 2018 e 2024. Para tanto, procedeu-se a uma revisão integrativa (Kramm, 2019), cujos dados foram examinados via análise de conteúdo (Bardin, 2015) e interseccionalidade (Collins, 2020). Três categorias emergiram: *Diferença e valorização do padrão*; *Ausência e silenciamento*; e *Resistência e resignificação*. Elas foram discutidas à luz de perspectivas teóricas decoloniais (Castro-Gómez, 2007; Lugones, 2018; Mignolo, 2008). A análise indica que as representações de masculinidades estão majoritariamente alinhadas ao padrão cis-heterossexista, branco e elitizado. Constatou-se a ausência de discussões sobre gênero e sexualidade, principalmente nas escolas, dificultando a abordagem dessas temáticas. Apesar disso, o panorama educacional brasileiro, longe de ser neutro, também abriga masculinidades que desafiam normas, criando resistências e possibilidades de reverter quadros opressores.

[Resumen](#) | [Abstract](#)

Palavras-chave

Representações de Masculinidade. Relações de Gênero. Educação.

Recebido: 16.06.2024

Aceito: 04.11.2024

Publicado: 14.11.2024

DOI: <https://doi.org/10.26512/lc30202454320>

Introdução

A contemporaneidade revela um quadro de crise global do capitalismo, afetando as relações de gênero, especialmente em contextos educacionais, devido à polarização política, recessão econômica, conservadorismo e fundamentalismo religioso (Fraser, 2020). A crise das democracias ocidentais legitima tendências autoritárias, notavelmente entre líderes conservadores, que promovem visões semelhantes de masculinidade no contexto neoliberal.

Em geral, manifestam retóricas associadas a uma masculinidade hegemônica, dominante e assertiva (Viveros Vigoya, 2018). Apresentam-se como *outsiders*, enfatizando a imagem do homem forte e resistente às estruturas políticas tradicionais; opõem-se às discussões sobre gênero e sexualidade, especialmente em escolas; aos avanços feministas e dos direitos LGBTI+¹; defendem visões patriarcais de valores familiares; desprezam normas democráticas, adotando posturas de lei e ordem; e desacreditam o conhecimento científico.

As representações de masculinidades são formas pelas quais se atribuem significados aos papéis de gênero em contextos específicos (Connell, 2016). Assim, inferimos que essas representações não produzem interpretações fixas e imutáveis, mas se moldam constantemente às práticas socioculturais, sendo elaboradas a partir de processos de conhecimento que mobilizam relações de poder (Seffner, 2016).

Nos últimos anos, o número de pesquisas que investigam as relações entre masculinidades e educação tem aumentado. Estudos anteriores examinaram como essa temática é abordada em teses e dissertações desta área de concentração (Henrique et al., 2024). Porém, para enriquecer o debate com outros pesquisadores sobre as representações de masculinidades e suas relações com o contexto educacional, é importante ampliar essa busca.

Em face desse cenário, neste estudo buscamos respostas para o seguinte problema: como as pesquisas científicas têm abordado representações de masculinidades, considerando tanto suas (re)produções quanto (des)construções na atual conjuntura da educação brasileira? O objetivo deste artigo é analisar como as representações de masculinidades aparecem nas pesquisas relacionadas ao contexto educacional brasileiro, na literatura publicada no formato de artigos científicos, entre 2018 e 2024.

A delimitação temporal justifica-se pelas mudanças políticas ocorridas no Brasil, especialmente após o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. Esse período foi marcado pelo crescimento de discursos ultraconservadores e negacionistas, e pela aprovação de políticas educacionais neoliberais, como a Base Nacional Comum

¹ Essa sigla tem ganhado consenso no movimento organizado no Brasil, abrangendo lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo. O símbolo + indica o caráter indeterminado, aberto e em constante construção dessa comunidade (Quinalha, 2022).

Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio (NEM). Além disso, em 2024, encerra-se o primeiro decênio do Plano Nacional de Educação (PNE), que gerou controvérsias devido às metas de equidade de gênero e ações antidiscriminatórias, enfrentando oposição da classe dominante.

A escola é vista enquanto espaço onde as diferenças podem se manifestar como violências, destacando a importância de ações de acolhimento, inclusão e respeito. Contudo, um levantamento do instituto *Todos pela Educação* revelou uma diminuição, desde 2015, no número de escolas com projetos para combater machismo, racismo e homofobia, atingindo seu ponto mais baixo em 2021 (Alfano, 2023).

Nessa perspectiva, operacionalizamos uma revisão integrativa de literatura (Kramm, 2019). Atentamo-nos à ideia de que investigar representações de masculinidades envolve examinar uma variedade de elementos, tais como traços, discursos, práticas e artefatos que contribuem para a construção das identidades masculinas (Seffner, 2016). Os dados coletados a partir desse movimento metodológico foram discutidos à luz de estudos interseccionais e perspectivas decoloniais.

Essas teorias elucidam relações hierárquicas manifestadas em um sistema de exploração e dominação baseado em marcadores sociais como gênero, sexualidade, raça/etnia, classe social etc. Elas também destacam subjetividades e conhecimentos frequentemente marginalizados. Para essa discussão, mobilizamos os conceitos de colonialidade de gênero (Lugones, 2018), colonialidade do saber (Castro-Gómez, 2007) e desobediência epistêmica (Mignolo, 2008).

Atualmente, o conceito de masculinidade, antes inquestionável, está em debate, destacando-se sua possível inadequação à contemporaneidade (Rosa, 2014). A forma como os sujeitos interpretam as manifestações de masculinidade em ambientes educacionais pode esclarecer desigualdades e violências de gênero e sexualidade. Esse panorama, embora muitas vezes ignorado nas escolas, persiste na sociedade, apesar das reformas na legislação educacional.

| Método

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que busca analisar produções sobre representações de masculinidades na esfera educacional. Conforme Souza et al. (2010), essa metodologia de pesquisa combina dados da literatura teórica e empírica, abrangendo propósitos como a definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de desenvolvimentos metodológicos específicos de um determinado tema. Segundo Rodrigues et al. (2022), em especial na área da Educação, a revisão integrativa possibilita uma abordagem qualitativa que permite assimilar contextos educacionais de maneira complexa e multidimensional.

São previstas as seguintes etapas: 1) Identificação do tema e seleção da questão norteadora da pesquisa; 2) Estabelecimento de critérios e as fontes de busca; 3) Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 4) Categorização dos

estudos selecionados; 5) Análise e interpretação dos resultados; e 6) Apresentação da revisão e dos resultados (Kramm, 2019).

| Desenvolvimento metodológico

O tema desta revisão integrativa centra-se em representações e, conseqüentemente, concepções e significados atribuídos às masculinidades no cenário educacional brasileiro. Essa compreensão pode desmitificar a noção de neutralidade dos conhecimentos, levando a uma reflexão sobre a necessidade de incluir discussões sobre marcadores sociais da diferença de forma transversal nas formações docentes.

Tais delimitações foram essenciais para formular questões auxiliares que guiaram o exame qualitativo das publicações encontradas, sendo essas: 1) Como os estudos abordam representações/concepções/significados de masculinidade (re)produzidos e/ou (des)construídos no contexto educacional brasileiro? 2) Como tratam marcadores sociais da diferença, tais como gênero, raça/etnia, orientação sexual, religião, deficiência e nacionalidade, na análise das representações de masculinidades? 3) Quais influências podem ser percebidas nas experiências socioculturais e subjetivas dos sujeitos participantes dessas investigações?

A estruturação desses elementos nos levou a pensar nos seguintes descritores: *representações, significados, concepções, gênero, masculinidade, escola, educação, docência, professores*. Eles foram elaborados em meio a leituras exploratórias sobre conceitos de representações sociais de masculinidades (Connell, 2016; Seffner, 2016), sobretudo em discussões que abordavam masculinidades não hegemônicas e suas conexões com o campo docente (Rosa, 2014).

Para a busca, optamos por utilizar a *SciELO* e o *Portal de Periódicos Capes*, bases de dados gratuitas que facilitam a localização e seleção de artigos. Essa escolha se deve ao fato de que ambas as plataformas integram diversos repositórios, proporcionando acesso a uma ampla variedade de periódicos científicos. Isso pode garantir abrangência e qualidade dos estudos incluídos na revisão.

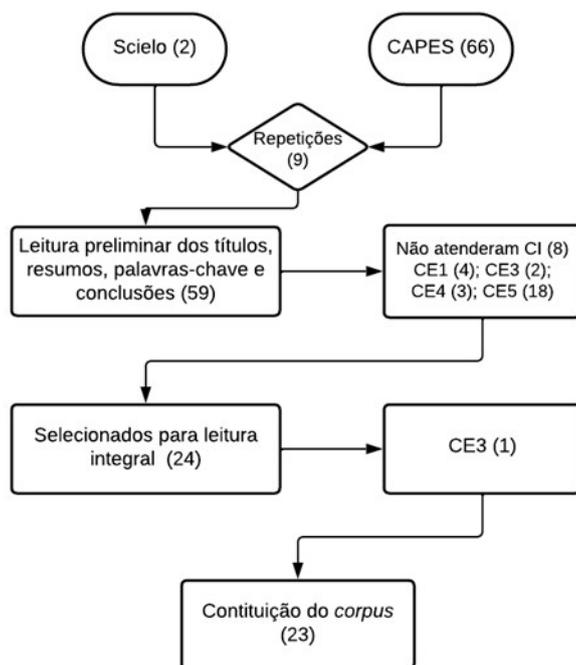
A partir da combinação dos descritores elencados, criamos um coeficiente de busca, adotando Operadores Booleanos. A fórmula (*representações OR significados OR concepções*) AND gênero AND masculinidade AND (*escola OR educação OR docência OR professores*) foi aplicada em ambas as bases de dados, com filtros de idioma e recorte temporal. A pesquisa foi realizada em abril de 2024, resultando em 2 artigos na *SciELO* e 66 na *Periódicos Capes*. Os 2 artigos da *SciELO* também foram encontrados na *Periódicos Capes*, e 7 repetições foram identificadas exclusivamente neste portal. Após a exclusão das repetições, 59 artigos foram analisados com base nos critérios de inclusão e exclusão, inicialmente avaliando seus títulos, resumos, palavras-chave e conclusões.

Os critérios de inclusão (CI) adotados foram: artigos sobre representações/significações de masculinidades no contexto educacional

brasileiro, publicados em revistas indexadas, em língua portuguesa, entre janeiro de 2018 e abril de 2024. Para inclusão no *corpus* desta revisão, o artigo deveria atender a todos os critérios. Dessa forma, 8 artigos foram excluídos: 5 por não estarem em língua portuguesa e 3 por discutirem exclusivamente representações de feminilidades.

Assim, 51 artigos foram submetidos aos seguintes critérios de exclusão (CE): produções que se apresentaram como revisões de literatura (CE1 – excluídos 4); trabalhos em outros formatos de publicação que não revistas científicas (CE2 – sem exclusões); textos em outros gêneros e formatos, que não artigos científicos (CE3 – excluídos 2); artigos que discutem a temática em contextos educacionais estrangeiros (CE4 – excluídos 3); trabalhos sobre áreas do saber como saúde, cinema, literatura, esporte, mídia e administração, não relacionados ao campo pedagógico (CE5 – excluídos 18). Restaram 24 artigos, que foram lidos integralmente para verificação. Nessa etapa, um artigo foi excluído diante do CE3.

Figura 1
Fluxograma do processo de constituição do *corpus*



Fonte: os autores.

Portanto, o *corpus* desta revisão integrativa é composto por 23 artigos, apresentados no Quadro 1, organizados do mais recente para o mais antigo. Todos abordam representações/significações de masculinidades no contexto educacional brasileiro e foram publicados entre 2018 e 2023. Não foram encontradas publicações de 2024 até a data da busca.

Quadro 1

Artigos incluídos na revisão integrativa

Título do artigo	Revista	Ano
“Brinquedos não têm gênero”: Cultura Visual e a construção visual de masculinidades e feminilidades desde a infância	Educação em Foco	2023
Masculinidades hegemônicas sob o olhar infantil	Psicoperspectivas	2022
“Homem não rebola”; “Essa menina contamina as colegas”: reflexões sobre direitos humanos, gênero e escola	Retratos da Escola	2022
Práticas discursivas sobre gênero entre estudantes do Ensino Fundamental II – Anos Finais e Ensino Médio	Revista Educação	2022
Homens na docência da educação infantil: uma análise baseada na perspectiva das crianças	Revista Brasileira de Educação	2021
Ações e reações da escola diante de masculinidades hegemônicas e não hegemônicas: um olhar antropológico	Campos	2021
Problematizando a masculinidade hegemônica no ensino/treino do futebol: relato de um projeto socio-esportivo liderado por uma entidade estudantil	Caderno de Educação Física e Esporte	2021
Construção das identidades de gênero na infância: os discursos dos brinquedos e brincadeiras	Revista Pensar a Prática	2021
Pesquisando masculinidades juvenis em um contexto escolar: desafios metodológicos	Cadernos do Aplicação	2021
Gênero e sexualidade na Escola em tempos de globalização: perspectivas e culturas adolescentes no Pantanal de Mato Grosso do Sul	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	2020
Publicidade como pedagogia cultural: representações de gênero nas campanhas de Jean-Paul Gaultier	Reflexão e Ação	2020
Imagens do cotidiano escolar Gênero e sexualidades nos desenhos de estudantes de uma escola pública	Retratos da Escola	2020
O “dia dos pais” inclui pais trans: masculinidades dissidentes e práticas artísticas LGBTTTQIA+	Revista Apotheke	2020
Relações de gênero no livro didático de História: a disputa entre a norma e os costumes em 2007 e 2015	Tempo e Argumento	2020
Universidade: espaço para (re)pensar concepções de gênero, masculinidade e suas implicações na formação de pedagogos	Diversidade e Educação	2019
“Querida ter nascido menina”: descumprindo normas e masculinidades na escola	Diversidade e Educação	2019
Gênero e educação, interfaces com grafitos em uma ambiência escolar: possibilidades de pesquisa	Colloquium Humanarum	2019
Masculinidades Negras no Livro Didático de Língua Portuguesa	Cadernos de Gênero e Diversidade	2019
“Lembro-me de querer andar durinho, como se diz que homem deve ser”: a construção do corpo gay na escola	Revista Exitus	2019
Narrativas de adolescentes negros entre masculinidades, cotidiano escolar e vivências	Cadernos de Gênero e Diversidade	2019
Discutindo o Gênero, Sexualidade e as Diversidades na Infância através do PNAIC	RELACult	2019
Masculinidades e desempenho escolar: a construção de hierarquias entre pares	Cadernos de Pesquisa	2018

Gênero, sexo e sexualidade na educação infantil: o que dizem os documentos da rede municipal de ensino de Florianópolis Zero-a-seis 2018

Fonte: os autores.

Empregamos a análise temática para a exploração destes artigos, que consistiu em três fases: preparação, codificação e categorização do material coletado (Bardin, 2015). Utilizamos a interseccionalidade enquanto ferramenta analítica (Collins, 2020), por contribuir para pensar estratégias voltadas à equidade, ao abordar uma gama de problemas sociais, tais como racismo, machismo, homofobia etc.

As categorias de análise foram definidas com base na presença ou frequência de temas compartilhados entre os artigos. Esses temas emergiram da leitura completa do *corpus*, considerando sua contribuição para responder à questão de pesquisa (Bardin, 2015). A categoria *Diferença e valorização do padrão* inclui todos os 23 artigos. Já a categoria *Ausência e silenciamento* engloba 22 publicações. Por fim, a categoria *Resistência e ressignificação* abrange 19 trabalhos.

| Resultados

Todos os estudos apresentam abordagens qualitativas, empregando, principalmente, os métodos: observação participante (4); descritivo-exploratório (3); etnográfico (3); analítico discursivo (3); documental (2); bibliográfico (2); narrativas (auto)biográficas (2); grupo focal (1); analítico cultural (1); produção de sentidos do cotidiano (1); pesquisa em arte (1).

No *corpus* selecionado, 60% dos(as) participantes das pesquisas empíricas são estudantes, tanto da educação básica (10) quanto do ensino superior (4). Docentes representam 12% (4), na maioria das vezes concomitantemente a estudantes. Estudos centrados em documentos (2), livros didáticos (2) e outros artefatos culturais² (4) representam 28% do total.

A teoria interseccional proporcionou identificar marcadores sociais da diferença relacionados a gênero, raça/etnia, sexualidade, classe social e, em menor grau, religião, em aproximadamente 56% dos participantes dessas pesquisas. Aprofundada por sua natureza multifacetada, a interseccionalidade destaca as experiências de pessoas pertencentes a grupos negligenciados (Collins, 2020). Por outro lado, não foram evidenciados marcadores como nacionalidade e deficiências.

Quanto às representações de masculinidades, as experiências de participantes das pesquisas revelam que o contexto educacional brasileiro contemporâneo é marcado por três aspectos centrais: a valorização de regras abusivas de gênero e sexualidade que tornam a diferença um problema; a ausência de discussões pedagógicas sobre gênero e sexualidade, bem como o silenciamento das corporalidades e subjetividades contra-hegemônicas; e as inconformidades e transgressões à cis-heteronormatividade, promovendo reflexões e tensões que se tornam sinônimos de resistências e ressignificações.

2 Brinquedos, esporte, obras de arte, e campanhas publicitárias.

| Diferença e valorização do padrão

Esta categoria examina como as instituições formais de ensino sugestionam o reforço de normas hegemônicas de masculinidade, destacando a maneira pela qual as identidades construídas em torno da cis-heterossexualidade branca e atravessada por ideologias da classe dominante, como a meritocracia neoliberal, são frequentemente impostas aos sujeitos. Essa dinâmica parece encorajá-los à adequação a um suposto *jeito certo de ser homem de verdade*, para não serem lidos como *diferentes*.

As instituições educacionais, especialmente as da Educação Básica, são frequentemente descritas como espaços que reproduzem ideias de gênero acrílicas, fixas e imutáveis, contribuindo para o disciplinamento dos corpos que transitam por elas, principalmente por meio de pedagogias que acabam por ensinar a masculinidade hegemônica como a única ou a maneira correta de ser homem (Cavalheiro, 2019; Esper et al., 2022; Godoy et al., 2021; Lima & Mariano, 2022; Nascimento & Figueiredo, 2021; Rios et al., 2019; Silva et al., 2021; Silva Júnior, 2019).

Cavalheiro (2019) discute como a escola se tornou o espaço central para governar as subjetividades, especialmente as relacionadas à infância. Esper et al. (2022) argumentam que as instituições escolares, junto com os lares, desempenham um papel fundamental na formação das identidades de gênero das crianças, por meio de normas. Como esclarecem Freitas e Brêtas (2022, p. 164), “ser homem trata-se de uma experiência pessoal única e está relacionada à maneira como são as relações familiares, o acesso aos bens e as condições de socialização”.

Pesquisas sobre desenhos na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental indicam que a cis-heteronormatividade perpetua estereótipos de gênero, retratando o homem como viril, rigoroso, dominador, provedor e autoritário (Esper et al., 2022; Santos, 2021). Já os grafismos de adolescentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio enfatizam o pênis como símbolo cultural, reduzindo o corpo à sua genitália. Além disso, a homossexualidade masculina é frequentemente retratada de forma pejorativa em inscrições nas paredes e objetos escolares (Cardoso & Zimmermann, 2019; Silva Junior & Silva, 2020).

Lima e Mariano (2022) e Esper et al. (2022) ressaltam que as práticas sociais e culturais influenciam as identidades de gênero de forma desigual, baseadas em distinções biológicas entre homens e mulheres. Isso evidencia a influência das instituições sociais na perpetuação do binarismo de gênero. A trajetória de construção da identidade de gênero começa mesmo antes do nascimento da criança, quando se identifica o sexo biológico do feto, e elementos socioculturais são incorporados à sua constituição.

O lugar da diferença na escola seria fruto de contradições e complexidades inerentes às práticas que ocorrem em seu interior (Freitas & Baião, 2019). Assim, as subjetividades que não são vistas como adequadas ao padrão hegemônico

sofrem violências que, de acordo com Nascimento e Figueiredo (2021, p. 59), “são perpetuadas pelos discentes, docentes e atores burocráticos da escola nesse quadro de relações e tensões”.

Em uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental, Freitas e Baião (2019) observaram uma criança que frequentemente sofria zombarias por questionar a lógica binária de gênero. Rios et al. (2019) analisaram narrativas de professores gays, revelando a naturalização da homofobia na escola, evidenciando manifestações preconceituosas e discriminatórias contra pessoas LGBTI+. Nascimento e Figueiredo (2021) e Santos e Iriart (2021) concordam que homossexuais afeminados enfrentam maior exposição às discriminações e desconfianças.

Toledo e Carvalho (2018) identificaram que as ideias dos professores sobre os *bons* e *maus* alunos refletem concepções coletivas de masculinidade. Assim, os alunos considerados *maus* compartilhavam uma interseção entre gênero, raça e classe que resultava na associação de alunos não brancos à indisciplina e baixo desempenho escolar. Nascimento e Figueiredo (2021), bem como Silva Júnior (2019), relatam complexidades enfrentadas por masculinidades negras na escola, onde prevalece a noção de não pertencimento, reforçada por estereótipos de virilidade e hipersexualização.

Oliveira (2019) analisou representações de masculinidades negras em livros de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental e constatou que, nas obras, a imagem de negros é minoria, geralmente desprestigiada e marginalizada. Ribeiro e Silva (2020) investigaram concepções de masculinidade em livros de História do Ensino Médio e concluíram que as obras reforçam posições normativas de ser masculino e naturalizam relações de poder entre masculinidades e feminilidades.

| O lugar da ausência e do silenciamento

Esta categoria analisa como as instituições parecem evitar discussões sobre gênero e sexualidade, perpetuando e privilegiando compulsoriamente a cis-heteronormatividade e marginalizando identidades não hegemônicas. Esse silenciamento reflete influências patriarcais familiares e religiosas. Dessa forma, pode contribuir para a instauração de ambientes que negligenciam a diversidade, acabando por enraizar a construção de subjetividades masculinas em padrões rígidos e excludentes.

Nesse sentido, as instituições formais de educação são reconhecidas como um *continuum* do disciplinamento binário, na maioria das vezes constituído pela abstenção de discussões que envolvem gênero e sexualidade, por serem temas encarados como tabus na sociedade (Cardoso & Zimmermann, 2019; Esper et al., 2022; Freitas & Baião, 2019; Freitas & Brêtas, 2022; Godoy et al., 2021; Lima, 2020; Lima & Mariano, 2022; Rios et al., 2019; Santos & Iriart, 2021; Silva & Lapinski, 2019).

Nascimento e Figueiredo (2021, p. 54) ilustram essa realidade ao afirmarem que na escola onde realizaram a pesquisa de campo “as questões sobre gênero e sexualidade não estavam presentes nas aulas nem a partir do discurso de matriz biológica”. O silenciamento sobre gênero e sexualidade nas escolas reflete o crescente autoritarismo, conservadorismo e fundamentalismo religioso, especialmente de caráter neopentecostal (Baliscei & Maddox, 2020; Lima, 2020; Nascimento & Figueiredo, 2021; Santos & Iriart, 2021).

Freitas e Baião (2019) destacam que, no atual contexto político, docentes são frequentemente acusados de doutrinação e de desviar a inocência infantil, tornando a abordagem desses temas algo arriscado. Além do medo de cerceamento e represálias, os professores que abordam gênero e sexualidade enfrentam a invisibilidade dessas temáticas nos processos de formação profissional e em documentos oficiais (Cardoso & Zimmermann, 2019; Nascimento & Figueiredo, 2021; Silva & Buss-Simão, 2018; Silva & Lapinski, 2019).

Oliveira (2019) observa que, nos livros didáticos, há pouca preocupação dos autores em tratar as masculinidades de maneira mais igualitária, resultando na quase ausência de representações corporais não hegemônicas. Para o pesquisador, essa postura provoca distanciamento entre alunos socialmente racializados/inferiorizados e o material didático, que não lhes oferece referenciais com os quais possam se identificar.

Professores gays relatam experiências escolares marcadas pelo peso do remorso, conforme descrito por Rios et al. (2019, p. 749), que explicam: “o sentimento de culpa era originado pelo fato de se considerarem merecedores de castigos pela abjeção que seus corpos exalam”. A cultura do silêncio pode resultar na ausência de autoconsciência e, conseqüentemente, na falta de consciência cidadã sobre o direito ao respeito e à inclusão. Isso ocorre devido à falta de referenciais positivos de masculinidades não hegemônicas e ao apagamento das sexualidades dissidentes (Nascimento & Figueiredo, 2021; Rios et al., 2019; Santos & Iriart, 2021; Silva & Buss-Simão, 2018).

Quando se tratam de questões relacionadas às masculinidades negras, o silenciamento é similar. Considerando índices de abandono parental e hipersexualização do homem negro, Silva Júnior (2019) alerta para a urgência de trabalhar com adolescentes negros temas como afeto, carinho e a criação de laços para além do ato sexual. Frequentemente associado à indisciplina, um menino negro do 4º ano afirmou que “falava muito em aula porque as pessoas não o escutavam” (Toledo & Carvalho, 2018, p. 1019). Esse exemplo ilustra como a invisibilidade e os estereótipos negativos afetam a autoexpressão e o desenvolvimento socioemocional de meninos não brancos.

Por fim, é importante ressaltar que essas questões não se limitam às instituições formais. Alguns estudos discutem pedagogias culturais, nas quais artefatos atuam como mecanismos de representação de masculinidades. Nessa linha, explorar como brinquedos, esportes e propagandas podem reforçar a ausência de referências contra-hegemônicas, afetando tanto estudantes quanto educadores.

Na infância, brinquedos costumam contribuir para a naturalização de vivências a partir da separação binária entre meninos e meninas (Baliscei & Brasil, 2023; Godoy et al., 2021). Já Silva et al. (2021) relatam uma experiência envolvendo treinos de futebol para adolescentes em times mistos, o que causou estranhamento em meninos que nunca haviam jogado com meninas. Esses garotos também agiram com hostilidade contra meninos considerados menos habilidosos. Ainda, Silva Junior e Félix (2020, p. 54) analisaram campanhas publicitárias de uma grife de perfumes e concluíram que “os discursos sinalizados nessas campanhas voltam-se a mulheres e homens brancos, jovens e de elevado poder aquisitivo”.

| O lugar da resistência e da resignificação

Nesta categoria, examinamos como estudantes e professores transformam e subvertem normas hegemônicas de gênero e sexualidade. Essas resignificações parecem desafiar estereótipos, especialmente em relação às masculinidades negras e LGBTI+, promovendo novas formas de expressão e entendimento de identidades. A resistência no ambiente escolar sugere a capacidade de questionar e modificar regras, podendo contribuir para a formação de ambientes mais inclusivos.

Godoy et al. (2021) consideram que os sujeitos que circulam pela escola operam representações simbólicas no que concerne ao gênero e à sexualidade, podendo transformá-las, atribuindo-lhes diferentes significações. Nesse sentido, Lima e Mariano (2022) advertem que as distinções sociais entre os gêneros, como personalidade, poder, *status*, comportamento e trejeitos corporais não são apenas determinadas pela biologia, mas também por construções socioculturais.

Por ser um espaço frequentado por todas as crianças e adolescentes brasileiros, a escola é onde corpos, subjetividades e representações que desafiam o padrão costumam se encontrar. Resignificações de masculinidades, como sugerido por Baliscei e Maddox (2020), têm o potencial de contestar a masculinidade hegemônica.

Na pesquisa de Silva Júnior (2019), os estereótipos das masculinidades negras teriam sido abalados pelo desempenho de uma masculinidade negra e gay, que defendia relações estáveis, sugerindo a formação de uma família. Da mesma forma, as pessoas trans desestabilizam a matriz cis-heterossexual porque subvertem a coerência entre sexualidades, gêneros e sexos, de modo não inteligível para essa matriz normativa (Baliscei & Maddox, 2020).

A etnografia de Freitas e Baião (2019) relata o caso de uma criança negra de 9 anos que expressou o desejo de *ter nascido menina* e demonstrou comportamentos considerados atípicos para o seu gênero/sexo. Sensibilizada com a evidente exclusão, a professora introduziu atividades em sala de aula que exploravam a resistência das pessoas que representam diferentes maneiras de significar os gêneros, as sexualidades e outros aspectos identitários envolvidos em relações de poder.

Santos e Iriart (2021) exploraram concepções de masculinidades contra-hegemônicas entre jovens mulheres consideradas masculinas e homens considerados afeminados, que relataram a oportunidade de se expressarem fora da cis-heteronormatividade. Por outro lado, ao atribuir novo significado à palavra "estranha" (*queer*), a fim de destacar essas experiências no contexto escolar, Rios et al. (2019) destacam que, geralmente, a criança *estranha* desafia as normas rígidas estabelecidas pela escola, revelando a fluidez de gênero e sexualidade.

Os desenhos, grafismos e inscrições feitos por crianças e adolescentes na escola podem indicar que, devido à falta de espaços e momentos para discutir questões de gênero e sexualidade, os estudantes recorrem a essas formas de expressão (Cardoso & Zimmermann, 2019). Além disso, essas estampas também representam figuras que desafiam as noções binárias de gênero, podendo questionar identidades conceituadas como *cyborgs* (Silva Junior & Silva, 2020). Ambas as pesquisas destacam a desconexão entre a produção de grafismos e o gênero masculino, enfatizando obras feitas também por indivíduos do gênero feminino.

Participantes da pesquisa de Toledo e Carvalho (2018) contestaram a noção de que o trabalho escolar é uma atividade feminina. Outro exemplo de resignificação das masculinidades é visto na inscrição *não pode ser machista* em um desenho feito por um estudante dos Anos Iniciais, possivelmente refletindo uma ética masculina ligada à igualdade de gênero (Esper et al., 2022).

Os artigos revisados indicam um progresso gradual nas discussões sobre práticas discriminatórias na formação de professores (Cavalheiro, 2019; Lima, 2020; Silva & Lapinski, 2019). Algumas obras do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) abordam a diversidade sexual e de gênero, permitindo que os docentes questionem normas tidas como imutáveis (Cavalheiro, 2019). As diretrizes curriculares para a Educação Infantil sugerem a desconstrução de estereótipos de gênero, especialmente por meio da promoção de jogos na rotina escolar (Silva & Buss-Simão, 2018).

Duas pesquisas investigaram relatos de pedagogos em formação. Lima (2020) examinou os resultados da implementação de uma disciplina abordando educação étnico-racial, gênero e diversidade, na qual todas as turmas rejeitaram a discriminação e a homofobia. Silva e Lapinski (2019) destacam que, para a maioria dos futuros pedagogos, a masculinidade é vista como uma construção social, sendo suas experiências universitárias influentes nesse processo.

Pedagogias culturais também desencadeiam transformações nas masculinidades. Baliscai e Brasil (2023) observam que nem todos os brinquedos seguem uma divisão por gênero, o que pode promover as mesmas habilidades em todas as crianças. Silva et al. (2021) destacam a necessidade de realizar adaptações em treinos de futebol para normalizar a participação feminina e romper com comportamentos associados à masculinidade hegemônica. Baliscai e Maddox (2020) examinaram obras de artistas LGBTI+ que desafiam conceitos tradicionais

de família e paternidade, percebendo potencial para ampliar os significados atribuídos às masculinidades.

| Discussão

As inflexões teóricas decoloniais e interseccionais possibilitam pensar o gênero a partir de um caráter relacional, ou seja, de assimetrias socioculturais advindas de relações desiguais de poder. Viveros Vigoya (2018) situa a masculinidade dentro de um contexto mais amplo de racialização e generificação de alguns corpos. Nesse sentido, compreendem-se as relações de gênero como estruturantes das masculinidades, sendo assim necessário refletir sobre a desnaturalização das características opressoras das masculinidades vigentes.

A categoria *Diferença e valorização do padrão* examina representações de masculinidades moldadas pelo padrão hegemônico (Connell, 2016), usado tanto para retratá-las quanto para marginalizar quem não se conforma a ele. Essas representações sugerem a persistência da colonialidade de gênero (Lugones, 2018), que aponta para as hierarquias sexuais e raciais impostas pelo colonialismo, delineando articulações distintas daquelas dos colonizadores brancos burgueses. Assim, a colonialidade de gênero abrange práticas e discursos que perpetuam a hierarquia de gênero colonial.

A maneira depreciativa e subjugada, apoiada no binarismo biológico, com que masculinidades *outras*, como as negras e LGBTI+, são afrontadas, remete-nos à estrutura colonial de dominação e exploração. Para Lugones (2018), há em vigência um sistema de gênero estruturado sobre o cis-heterossexismo patriarcal, o que impõe formas específicas de masculinidade que são centradas nos interesses do capitalismo global, por intermédio da classe dominante.

A categoria *Ausência e silenciamento* enfatiza a supressão de saberes que desafiam a colonialidade de gênero, seja pelas famílias ou mesmo pela escola, que privilegia a representação convencional de masculinidade e tenta corrigir quem a contesta. Essas dinâmicas de poder refletem a legitimação de conhecimentos universalizados e essencialistas, frequentemente de origem eurocêntrica e positivista. Nas grades curriculares, a falta de diálogo sobre gênero e sexualidade, junto à ausência de uma educação sexual crítica, remetem-nos à colonialidade do saber. Ao refletir sobre o impacto desses conhecimentos na sociedade, percebe-se um quadro hierárquico de representações de masculinidades, no qual são evidentes as violências simbólicas.

A colonialidade do saber refere-se à produção, legitimação e disseminação do conhecimento sob uma perspectiva colonial, reconhecendo sua não neutralidade nem universalidade, mas sua construção a partir de relações de poder e dominação (Castro-Goméz, 2007). Isso ressalta como as instituições educacionais tendem a privilegiar epistemologias ocidentais sobre gênero e sexualidade, marginalizando outras formas de saber. Portanto, é crucial descolonizar o conhecimento, valorizando epistemologias subalternas para promover uma diversidade de perspectivas no meio acadêmico e educacional.

As pedagogias culturais, que inevitavelmente atravessam as subjetividades inseridas em ambiência escolar, acabam por contribuir para a manutenção das colonialidades de gênero e do saber, pois, majoritariamente, implicam reforçar a cis-heteronorma que, muitas vezes, preenche o espaço deixado pelo silêncio. Entretanto, observa-se que boa parte dos artefatos culturais também coopera para rompimentos com estereótipos arraigados em nossa cultura.

A categoria *Resistência e ressignificação* demonstra que, apesar de majoritárias, as significações que envolvem a imposição da masculinidade hegemônica enquanto regra também são tensionadas e contraditas, pois representam apenas uma das extremidades do percurso polarizado pelo qual a sociedade brasileira atravessa. Nesse território de colonialidades existem interrupções e fissuras, pelas quais transitam subjetividades que subvertem e transgridem as normas dominantes, atribuindo-lhes caráter de ressignificação.

As representações de masculinidades manifestadas por corpos negros e LGBTI+ contribuem para a descolonização do pensamento sobre gênero e sexualidade em contextos educacionais. Isso porque, conforme Mignolo (2008), descolonizar implica dar visibilidade aos conhecimentos historicamente marginalizados pelas correntes epistemológicas dominantes.

As verdades naturalizadas sobre o que significa ser homem podem ser desconstruídas, notavelmente quando desvinculadas da lógica hegemônica, conservadora e colonial. Essas desconstruções estão relacionadas à desobediência epistêmica, ação descolonial que consiste em desaprender o raciocínio universalista, ao considerar múltiplos saberes na apreensão de uma realidade (Mignolo, 2008).

À vista disso, inferimos que as pesquisas caminham rumo a discussões que extrapolam os limites impostos pela norma e pela invisibilidade. Elas adentram criticamente contextos marcados por hierarquias de gênero e sexualidade, revelando conhecimentos fora da estrutura patriarcal cis-heterossexista. Uma tendência principal do campo parece focar nas representações de masculinidade contra-hegemônicas em contextos educacionais, que estão imersos em relações de poder. Em relação às desconstruções tradicionais/coloniais, ganham destaque as masculinidades negras e LGBTI+.

Há lacunas significativas para pesquisas futuras, incluindo análises de significados atribuídos às masculinidades por estudantes universitários de cursos de licenciatura, docentes de diversas áreas do conhecimento, equipes pedagógicas e administrativas de instituições educacionais, gestores públicos da educação e pais/responsáveis por estudantes. Além disso, faz-se necessário explorar com profundidade as interseções de gênero, raça e sexualidade, assim como outros aspectos da diversidade, como nacionalidade, religião e deficiência.

| Considerações finais

Na atual conjuntura da educação brasileira, as pesquisas vêm destacando o clima hostil e autoritário contra a propagação de discursos científicos e abordagens sobre gênero e sexualidade. Esse cenário parece ser reforçado, em grande medida, pela disseminação de ideias conservadoras e fundamentalistas capazes de influenciar as (re)produções de uma masculinidade opressora, muitas vezes inquestionável, apoiada em um sistema de subjugação destinado a todos que não a personificam. A imagem que prepondera nas representações hegemônicas está alicerçada sobre a cis-heterossexualidade branca, viril e provedora, geralmente associada a uma elite econômica.

Mesmo já havendo disciplinas voltadas às temáticas da diversidade em currículos de cursos de licenciaturas, as (des)construções desse padrão geralmente são tensionadas em ambientes escolares, principalmente quando recaem sobre masculinidades negras e LGBTI+, por serem consideradas diferentes e inferiores. Essas formas de masculinidades parecem estar abrindo caminhos para discussões acadêmicas que envolvem resistências às opressões e demais colonialidades, além de ressignificações desse sistema de gênero discriminatório e excludente.

A emergência de novos significados sobre as masculinidades não encerra as investigações realizadas. Pelo contrário, abre novas possibilidades de estudos. Visto que apenas os docentes recém-formados ou em formação parecem ter entrado em contato com discussões desse teor, capacitando-os a diminuir esse problema nas escolas, assim se torna relevante investigar a atuação dos professores nesse contexto. Além disso, reconhecemos a importância de explorar outras bases de dados para ampliar nossa compreensão sobre o tema.

Referências

- Alfano, B. (2023, julho 25). Projetos nas escolas públicas contra racismo, machismo e homofobia caem ao pior patamar em 10 anos, aponta levantamento. *O Globo*.
<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/07/25/projetos-nas-escolas-publicas-para-combater-racismo-machismo-e-homofobia-nunca-foram-tao-poucos-aponta-levantamento.ghtml>
- Baliscei, J. P., & Brasil, B. dos S. (2023). "Brinquedos não têm gênero": Cultura Visual e a construção visual de masculinidades e feminilidades desde a infância. *Educação Em Foco*, 26(48).
<https://doi.org/10.36704/eef.v26i48.7141>
- Baliscei, J. P., & Maddox. (2020). O “dia dos pais” inclui pais trans: Masculinidades dissidentes e práticas artísticas LGBTTQIA+. *Revista Apotheke*, 6(3), 69-85.
<https://doi.org/10.5965/24471267632020069>
- Bardin, L. (2015). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Cardoso, A. R., & Zimmermann, T. R. (2019). Gênero e educação, interfaces com grafitos em uma ambiência escolar: possibilidades de pesquisa. *Colloquium Humanarum*, 16(3), 47-62.
<https://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3151>
- Castro-Gómez, S. (2007). Decolonizar la universidad: la hybris del punto cero y el diálogo de saberes. Em S. Castro-Gómez, & R. Gosfroguel. *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 79-91). Iesco/Pensar/Siglo del Hombre Editores.
- Cavaleiro, A. S. (2019). Discutindo o gênero, sexualidade e as diversidades na infância através do PNAIC. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 5(4). <https://doi.org/10.23899/relacult.v5i4.1376>
- Collins, P. H. (2020). *Interseccionalidade*. Boitempo.
- Connell, R. (2016). *Gênero em termos reais*. nVersos.
- Esper, M, Unsain, R. F, & Figari, C. (2022). Masculinidades hegemônicas sob o olhar infantil. *Psicoperspectivas*, 21(2), 40-54.
<https://doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol21-issue2-fulltext-2511>
- Fraser, N. (2020). *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. Autonomia Literária.
- Freitas, C. J. de, & Baião, J. C. (2019). “Queria ter nascido menina”: descumprindo normas e masculinidades na escola. *Diversidade e Educação*, 7(2), 292-309.
<https://doi.org/10.14295/de.v7i2.9611>
- Freitas, M. J. D. de, & Brêtas, J. R. S. (2022). Práticas discursivas sobre gênero entre estudantes do Ensino Fundamental II – Anos Iniciais e Ensino Médio. *Revista Educação-UNG-Ser*, 17(2), 151-173.
<https://doi.org/10.33947/1980-6469-v17n2-4709>
- Godoy, K. N. B, Mourão, L, Oliveira, A. L, & Chaves, B. (2021). Construção das identidades de gênero na infância: os discursos dos brinquedos e brincadeiras. *Pensar a Prática*, 24, e64935.
<https://doi.org/10.5216/rpp.v24.64935>
- Henrique, E. dos S., Daudt, L. da R., & Silva, G. da. (2024). Masculinidade hegemônica e educação: um estado do conhecimento. *Retratos da Escola*, 18(40), 59-80. <https://doi.org/10.22420/rde.v18i40.1902>
- Kramm, D. D. L. (2019). Políticas de formação de professores da educação básica no Brasil. [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório Institucional da PUCSP.
<https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/23046>
- Lima, C. A. de. (2020). Gênero e sexualidade na escola em tempos de globalização: perspectivas e culturas adolescentes no Pantanal de Mato

- Grosso do Sul. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 15(esp3), 2490-2503. <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp3.14453>
- Lima, R. A. A. Z., & Mariano, J. L. M. (2022). "Homem não rebola"; "Essa menina contamina as colegas": reflexões sobre direitos humanos, gênero e escola. *Retratos da Escola*, 16(36), 809-825. <https://doi.org/10.22420/rde.v16i36.1615>
- Lugones, M. (2018). Heterossexualismo e o sistema de gênero colonial/moderno. Em M. M. Baptista. *Gênero e Performance: textos essenciais* (pp. 239-270). Grácio.
- Mignolo, W. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, 34(1), 287-324. <https://mih.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/Desobediencia-epistemica.-Walter-Mignolo-1.pdf>
- Nascimento, R. N. F. D., & Figueiredo, M. P. M. D. (2021). Ações e reações da escola diante de masculinidades hegemônicas e não hegemônicas: um olhar antropológico. *Campos*, 22(1), 49-68. <http://doi.org/10.5380/cra.v22i1.74199>
- Oliveira, F. A. (2019). Masculinidades Negras no Livro Didático de Língua Portuguesa. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 5(2), 145-171. <https://doi.org/10.9771/cgd.v5i2.29256>
- Quinalha, R. (2022). *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Autêntica.
- Ribeiro, A. A. da M., & Silva, A. M. P. da. (2020). Relações de gênero no livro didático de História: a disputa entre a norma e os costumes em 2007 e 2015. *Revista Tempo e Argumento*, 12(30), e0205. <https://doi.org/10.5965/2175180312302020e0205>
- Rios, P. P. S, Dias, A. F., & Brazão, J. P. G. (2019). "Lembro-me de querer andar durinho, como se diz que homem deve ser": a construção do corpo gay na escola. *Revista Exitus*, 9(4), 775-804. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2019v9n4id1033>
- Rodrigues, A. S. P, Sachinski, G. P, & Martins, P. L. O. (2022). Contribuições da revisão integrativa para a pesquisa qualitativa em Educação. *Linhas Críticas*, 28, e40627. <https://doi.org/10.26512/lc28202240627>
- Rosa, R. M. (2014). A docência como espaço de reinvenção do corpo masculino: resistência e subjetivação. *Poiésis*, 8(14), 452-467. <https://doi.org/10.19177/prppge.v8e142014453-467>
- Santos, N. P. dos, & Iriart, M. F. (2021). Pesquisando masculinidades juvenis em um contexto escolar: desafios metodológicos. *Cadernos do Aplicação*, 34(1), 627-638. <https://doi.org/10.22456/2595-4377.111217>
- Santos, S. V. S. dos. (2021). Homens na docência da educação infantil: uma análise baseada na perspectiva das crianças. *Revista Brasileira de Educação*, 26, e260077. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260077>
- Seffner, F. (2016). *Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual*. Paco Editorial.
- Silva Junior, A. O. da, & Félix, J. (2020). Publicidade como Pedagogia Cultural: representações de gênero nas campanhas de Jean-Paul Gaultier. *Reflexão e Ação*, 28(2), 44-57. <https://doi.org/10.17058/rea.v28i2.14051>
- Silva Junior, J. A. da, & Silva, L. R. N. da. (2020). Imagens do cotidiano escolar: gênero e sexualidades nos desenhos de estudantes de uma escola pública. *Retratos da Escola*, 14(28), 177-192. <https://doi.org/10.22420/rde.v14i28.1104>
- Silva Júnior, P. M. (2019). Narrativas de adolescentes negros: entre masculinidades, cotidiano escolar e vivências. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 5(2), 172-191. <https://doi.org/10.9771/cgd.v5i2.29259>

- Silva, I. M. M., & Lapinski, T. F. (2019). Universidade: espaço para (re)pensar concepções de gênero, masculinidade e suas implicações na formação de pedagogos. *Diversidade e Educação*, 7(1), 18-26. <https://doi.org/10.14295/de.v7i1.8624>
- Silva, K. Z. da, & Buss-Simão, M. (2018). Gênero, sexo e sexualidade na educação infantil: o que dizem os documentos da rede municipal de ensino de Florianópolis. *Zero-a-seis*, 20(37), 27-41. <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2018v20n37p27>
- Silva, L. F. N., Santos, G. F., Servadio, N. C., Tamashiro, L. I., & Scaglia, A. J. (2021). Problematizando a masculinidade hegemônica no ensino/treino do futebol: relato de um projeto socio-esportivo liderado por uma entidade estudantil. *Caderno de Educação Física e Esporte*, 19(2), 93-99. <https://doi.org/10.36453/cefe.2021.n2.27249>
- Souza, M. T. D., Silva, M. D. D., & Carvalho, R. D. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, 8, 102-106. <https://10.1590/s1679-45082010rw1134>
- Toledo, C. T., & Carvalho, M. P. de. (2018). Masculinidades e desempenho escolar: a construção de hierarquias entre pares. *Cadernos de Pesquisa*, 48(169), 1002-1023. <https://doi.org/10.1590/198053145496>
- Viveros Vigoya, M. (2018). *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Papéis Selvagens.

Sobre os autores

Eduardo dos Santos Henrique

Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, SC, Brasil

 <https://orcid.org/0009-0001-8691-5951>

Mestre em educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2024). Doutorando em educação na mesma instituição. Professor da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Membro do grupo de pesquisa Educação, Infância e Cultura. E-mail: eduhenrique1402@gmail.com

Luciano Daudt da Rocha

Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, SC, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-2548-2961>

Doutor em história global pela Universidade Federal de Santa Catarina (2021). Professor titular da Universidade do Sul de Santa Catarina. Membro do grupo de pesquisa Educação, Infância e Cultura. E-mail: luciano.rocha@animaeducacao.com.br

Ediane da Silva

Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, SC, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-0885-2350>

Mestra em educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2019). Doutoranda em educação na mesma instituição. Professora da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Membro do grupo de pesquisa Educação, Infância e Cultura. E-mail: nane.prof@gmail.com

Contribuição na elaboração do texto: primeiro autor - Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Validação, Visualização, Escrita – rascunho original, Escrita – revisão e edição; segundo autor - Conceitualização, Análise formal, Investigação, Metodologia, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita – revisão e edição; terceira autora - Análise formal, Investigação, Metodologia, Validação, Visualização, Escrita – revisão e edição.

| Resúmen

El objetivo de este artículo es analizar cómo las representaciones de masculinidades aparecen en las investigaciones relacionadas con el contexto educativo brasileño, en la literatura publicada en formato de artículos científicos, entre 2018 y 2024. Para ello, se realizó una revisión integradora (Kramm, 2019), cuyos datos fueron examinados mediante análisis de contenido (Bardin, 2015) e interseccionalidad (Collins, 2020). Emergieron tres categorías: *Diferencia y valorización del patrón*; *Ausencia y silenciamiento*; y *Resistencia y resignificación*. Estas fueron discutidas a la luz de perspectivas teóricas decoloniales (Castro-Gómez, 2007; Lugones, 2018; Mignolo, 2008). El análisis indica que las representaciones de masculinidades están mayoritariamente alineadas con el patrón cis-heterosexista, blanco y elitista. Se constató la ausencia de discusiones sobre género y sexualidad, especialmente en las escuelas, lo que dificulta la inclusión de estas temáticas. A pesar de ello, el panorama educativo brasileño, lejos de ser neutral, también alberga masculinidades que desafían las normas, generando resistencias y creando posibilidades para revertir situaciones opresivas.

Palabras clave: Representaciones de Masculinidad. Relaciones de Género. Educación.

| Abstract

The objective of this article is to analyze how representations of masculinities appear in research related to the Brazilian educational context, as seen in literature published in scientific articles between 2018 and 2024. To achieve this, an integrative review (Kramm, 2019) was conducted, with data examined through content analysis (Bardin, 2015) and intersectionality (Collins, 2020). Three categories emerged: *Difference and valorization of the pattern*; *Absence and silencing*; and *Resistance and resignification*. These categories were discussed in light of decolonial theoretical perspectives (Castro-Gómez, 2007; Lugones, 2018; Mignolo, 2008). The analysis indicates that representations of masculinities are mostly aligned with the cis-heterosexist, white, and elitist pattern. A lack of discussions on gender and sexuality, especially in schools, was observed, making it difficult to include these themes. Despite this, the Brazilian educational landscape, far from being neutral, also harbors masculinities that challenge norms, generating resistance and creating possibilities to reverse oppressive situations.

Keywords: Representations of Masculinity. Gender Relations. Education.

Linhas Críticas | Periódico científico da Faculdade de Educação da
Universidade de Brasília, Brasil
ISSN eletrônico: 1981-0431 | ISSN: 1516-4896
<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas>

Referência completa (APA): Henrique, E. dos S., Rocha, L. D. da, &
Silva, E. da. (2024). Representações de masculinidades em contextos
educacionais: uma revisão integrativa. *Linhas Críticas*, 30, e54320.
<https://doi.org/10.26512/lc30202454320>

Referência completa (ABNT): HENRIQUE, E. dos S.; ROCHA, L. D. da;
SILVA, E. da. Representações de masculinidades em contextos
educacionais: uma revisão integrativa. *Linhas Críticas*, 30, e54320, 2024.
DOI: <https://doi.org/10.26512/lc30202454320>

Link alternativo: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/54320>

Todas as informações e opiniões deste manuscrito são de responsabilidade exclusiva do(s) seu(s)
autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista *Linhas Críticas*, de seus editores, ou
da Universidade de Brasília.

Os autores são os detentores dos direitos autorais deste manuscrito, com o direito de primeira
publicação reservado à revista *Linhas Críticas*, que o distribui em acesso aberto sob os termos e
condições da licença Creative Commons Attribution (CC BY 4.0):
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

